



Índice

- 01** Caminhoneiro ficou 20 horas refém de índios em Humaitá
- 02** Informe 2 - Operação de desintrução da Terra Indígena Awá-Guajá
- 03** Informe 3: Operação de desintrução da Terra Indígena Awá-Guajá
- 04** Índios reclamam que criminosos atravessam aldeia para traficar drogas
- 05** Governo está confiante em solução definitiva para conflitos entre índios e produtores em MS
- 06** Maranhão - Criado grupo para acompanhar famílias retiradas de terra indígena
- 07** Sindicato Rural de Carazinho debate questão indígena
- 08** Indígena brasileiro das Farc se entrega e denuncia recrutamentos forçados
- 09** Incra/MA cadastra famílias notificadas a deixarem a Terra Indígena Awá
- 10** ONG denuncia prisão de quilombolas à ONU e OEA
- 11** Comunidade do Rio dos Macacos continua sob ameaça das forças armadas
- 12** Funai distribui 330 cestas básicas para índios tenharim
- 13** Indígena é preso após abusar de sobrinha de 5 anos
- 14** Jogos Indígenas iniciam em Amambai para promover a integração através do esporte
- 15** MPF cobra cumprimento de decisão para proteção de terra indígena no AM



- 16 [Habitação rural beneficia remanescentes quilombolas de Lagoa Clemência](#)
- 17 [Manifestação cultural contra derrubada do antigo Museu do Índio acontece neste sábado](#)
- 18 [MS – Brigada em Solidariedade aos Guarani Kaiowá visita aldeia de Jaguapiru](#)
- 19 [Índios Guarani temem derramamento de sangue iminente](#)
- 20 [“Morte de Ivan sela destino de Ivã na Funai”](#)
- 21 [Justiça reconhece área indígena e constrange Funai](#)
- 22 [Brasil Profundo: Indígenas sofrem com falta de assistência e perseguição no Sul do Amazonas](#)
- 23 [Regeama denuncia possível invasão de T.I. Krikati por forças de segurança, e Copiama divulga pedido de reunião urgente com autoridades](#)
- 24 [Dilma pede fim de pedágio, mas índios tenharim não aceitam](#)
- 25 [Força Nacional vai garantir segurança na retirada de não índios de reserva no Maranhão](#)
- 26 [Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris](#)
- 27 [Índios denunciam caos na saúde e ameaçam ocupar prédio público](#)
- 28 [Índio quer terras, não apito!](#)
- 29 [Indígenas cobram autonomia em órgão de MS e ameaçam com nova ocupação](#)
- 30 [Exploração de riquezas em terras indígenas é tema de audiência na CMA](#)
- 31 [Disputas de terras acirram focos de tensão com índios](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

-
- 32** [Fireso vai potencializar trabalho com grupos indígenas](#)
 - 33** [Indígenas atropelados em Miraguaí foram transferidos para outros hospitais](#)



Caminhoneiro ficou 20 horas refém de índios em Humaitá

SÍTIO NE10, 10.01.2014

O caminhoneiro Jafre Rangel de Souza, com 25 anos na época, ficou 20 horas como refém dos índios tenharins, em 2006, em Humaitá, por ter se negado a dar carona a um grupo de indígenas. O sequestro ocorreu em março de 2006, mas o caso veio à tona nesta sexta-feira (10), com a apreensão, pela Polícia Federal, de um documento em que os próprios índios relatam a retenção de um caminhão Mercedes Benz e do homem que o conduzia.

Desde o final de dezembro, a PF investiga o desaparecimento de três homens na área indígena no dia 16 de dezembro - o caso gerou conflito entre os índios e as populações de Humaitá, Manicoré e Apuí, cidades da região.

De acordo com o documento, o motorista foi rendido no km 120 da rodovia Transamazônica (BR-320) e levado com o veículo para a aldeia dos tenharins. Os índios exigiam que ele pagasse R\$ 10 mil para que o veículo fosse liberado. Souza só foi liberado depois da chegada do administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas o caminhão continuou retido.

Os índios lavraram um documento a que chamaram de "relatório de ocorrência" impondo a condição do pagamento para a liberação do veículo. O dono procurou a 8ª Delegacia Regional de Humaitá, que o encaminhou à Polícia Federal de Manaus. Sem solução, Souza acabou pagando a "multa" com a ajuda de outros caminhoneiros.

Fonte: Agência Estado



Informe 2 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 10.01.2014

Já está disponível, o serviço Disque 100, para informações e denúncias sobre o processo de desintrusão. O serviço oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos- Presidência da República, funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de toda a região, por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. As famílias que vão precisar sair do local podem ter todas as informações sobre os seus direitos.

Desde ontem, quarta-feira (8/1), os oficiais de justiça realizam sobrevoo para reconhecimento da área onde vai acontecer, nos próximos dias, a entrega das notificações. Esta atividade irá se repetir no dia de hoje. Pela decisão judicial, os não-índios têm 40 dias para saírem da região após a notificação que será feita pelos oficiais de justiça.

Transcorrido este prazo de 40 dias, a justiça expedirá mandados de remoção de todos os ocupantes não índios que ainda estiverem na Terra Indígena, assim como mandados de desfazimento de construções, cercas, estradas ou benfeitorias. É importante que a pessoa apresente o documento de notificação formal entregue pelo oficial de justiça para ser cadastrado pelo Incra. Para isso é preciso que, quando o oficial de justiça procure a pessoa na sua residência, dentro da Terra Indígena, ele receba a notificação.

Ainda esta semana os integrantes do governo federal começam a se reunir nos municípios de São João do Caru e Zé Doca com representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais para dar informações sobre o processo de desintrusão, os prazos determinados pela Justiça Federal do Maranhão para desocupar a Terra Indígena e as políticas públicas que serão levadas aos posseiros da região.

A operação está acontecendo de forma pacífica. O objetivo é garantir, de um lado, o direito constitucional do povo Awá-Guajá de viver em seu território tradicional e, de outro, a possibilidade de inclusão dos ocupantes não indígenas as políticas públicas do governo federal.



Informe 3: Operação de desintrução da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 10.01.2014

Nesta sexta-feira (10/1), os trabalhos da equipe da Operação Awá ficaram concentrados em ações técnicas e de planejamento. Pela manhã o helicóptero da Força Aérea Brasileira, realizou um voo para reconhecimento da área, onde vai ser feito o trabalho de desintrução, com representantes dos órgãos envolvidos. Para fins de execução da operação, a terra indígena foi dividida em quatro áreas.

Em cumprimento à sentença judicial, hoje ocorreu uma reunião entre o coordenador geral dos movimentos sociais do campo e territórios da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, e o superintendente do Incra, Jose Inácio, com representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, nos municípios de São João do Caru e Zé Doca, para dar informações sobre o processo de desintrução, os prazos determinados pela Justiça Federal do Maranhão para desocupar a Terra Indígena e as políticas públicas que serão levadas aos posseiros.

A partir deste sábado (11), uma equipe da Superintendência Regional do Incra do Maranhão inicia o cadastramento das famílias que serão notificadas pela Justiça Federal a deixarem a Terra Indígena Awá. O edital de convocação para cadastro e seleção, visando o reassentamento de não índios da área indígena foi publicado na última quinta-feira (9) no Diário Oficial da União e estabelece os critérios para o cadastramento.

Serão cadastradas somente as famílias que se encontravam na Terra Indígena e que foram notificadas pela Justiça. No ato do cadastro, é necessário apresentar a notificação judicial e originais e cópias de documentos pessoais, como carteira de identidade, certidões de casamento ou nascimento, inclusive de cônjuges e dependentes. A equipe de cadastramento do Incra estará instalada na Base Operacional do Exército, em São João do Caru, e ficará no local no período de 11 de Janeiro a 14 de fevereiro.

As pessoas notificadas têm um prazo de 40 dias para saírem espontaneamente. Só serão contempladas as famílias que preencherem os critérios legais para tornarem-se assentadas da reforma agrária. A autarquia está identificando áreas para a relocação dessas pessoas. Também é critério de seleção estar inscrito no CadÚnico do Governo Federal. A inscrição no CadÚnico é feita pelas prefeituras municipais.

Junto com a terra chegarão também outras políticas públicas. A moradia será garantida pelo programa Minha Casa, Minha Vida e um convênio com prefeituras vai garantir a infraestrutura como estrada e água. Ao se tornarem clientes da reforma agrária, essas famílias receberão todos os benefícios dessa política. A prioridade do Incra é garantir o acesso à terra no primeiro momento, a segurança alimentar e, em momento posterior, dar condições para que possam acessar outras políticas.

Índios reclamam que criminosos atravessam aldeia para traficar drogas
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 10.01.2014

Cacique de Amabai reclama da interferência de não-índios na aldeia



Foto: Reprodução

O uso da aldeia Amambai, localizada na rodovia MS 386, cidade de Amambai – distante 342 km de Campo Grande, como corredor para tráfico de drogas e bebidas preocupa as lideranças indígenas da região. De acordo com o cacique-líder da aldeia, Capitão Italiano, muitas estradas de acesso à reserva e a proximidade com a região de fronteira são as principais causas do aumento da criminalidade no lugar.

“Aqui até o Ministério Público, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Polícia Federal sabem o caso de Amambai. Por causa de bebidas e drogas que ocorrem homicídios, brigas, gente esfaqueada. Acontece porque estamos muito perto da cidade, muitas entradas. Entra muito não-indígena e não tem como controlar. A aldeia de Amambai não tinha droga, viciado. A droga vem da mão do branco”, declarou.

Segundo o cacique, a região abriga a segunda maior população da etnia Guarani-Kaiowá do Estado e está abandonada. Ele afirma que faltam viaturas policiais para atender a população local e o atendimento médico é precário para toda a população de Amabai. “A cidade tem cerca de oito mil habitantes, não é só um médico que vai vencer toda essa gente”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Capitão Italiano ressalta que a intenção dos índios é progredir respeitando suas tradições e culturas, mas a maciça presença de não-índios na reserva é preocupante. "Nós pensamos em trabalhar, plantar, produzir alimento. Também em estudar e melhorar a vida da criança", finalizou.

Diana Christie



Governo está confiante em solução definitiva para conflitos entre índios e produtores em MS

SÍTIO FAMASUL, 10.01.2014

O governador André Puccinelli está confiante no encaminhamento de uma solução definitiva para as questões fundiárias em Mato Grosso do Sul envolvendo indígenas e produtores rurais.

“A solução depende agora da liberação de recursos do governo federal. O Estado fez a sua parte. Criou mecanismos, contribuiu para o entendimento e participará ativamente com este espírito da reunião que acontece na terça-feira com o Ministério da Justiça em Brasília”, disse o governador André Puccinelli antes de transferir o cargo à vice-governadora Simone Tebet, agora governadora em exercício.

O governo do Estado participou terça-feira (7), às 10 horas, de uma reunião no Ministério da Justiça. A governadora, Simone Tebet, foi a Brasília para participar do encontro, acompanhada de uma equipe técnica do governo do Estado que está envolvida nos estudos para resolução dos conflitos. Devem seguir ainda para a Capital federal representantes dos indígenas e de produtores rurais.

Na última sexta-feira, 3 de dezembro, o governador André Puccinelli se reuniu com Simone Tebet e técnicos do Estado para avaliar os vários aspectos a serem tratados na reunião de Brasília. No contexto foram analisados a criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati) e a posterior reestruturação da lei 4.164, de 7 de fevereiro de 2012, que passou por modificações para propiciar que o governo federal pudesse executar, de conformidade com seus interesses, as medidas que devem ser tomadas. As outras alternativas apresentadas como possíveis soluções dos conflitos como a utilização de terras do narcotráfico, terras devolutas entre outras também foram lembradas na reunião de toda equipe do governo do Estado.

O governo ressalta que ao final dos estudos técnicos do governo estadual e do governo federal, prevalece a proposta da criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas para receber os recursos destinados à indenização de produtores foi entendida como a opção mais viável.

Entendimento

A mediação do conflito das terras indígenas em Mato Grosso do Sul começou a receber atenção especial ainda no primeiro semestre de 2013 quando foi criada uma Mesa Deliberativa, coordenada pela secretária-executiva do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini, e pelo governador André Puccinelli para conduzir as negociações para resolução de conflitos entre

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

produtores rurais e indígenas. Nesta mesa foram criadas três comissões para estudar a problemática dos conflitos e propor soluções ao governo federal e estadual para resolução de impasses.

O prazo final requerido pelo Ministério da Justiça, após diversas negociações, apresentação de alternativas e prorrogação de datas, terminou em dezembro de 2013. Nesta reunião que acontecerá em Brasília amanhã, o governo do Estado espera que seja anunciada uma conclusão dos estudos técnicos e seja encaminhada a solução para o impasse.

“Não podemos desconhecer as tensões que envolvem estes conflitos e que já foram objetos de vários alertas feitos por nós as autoridades federais”, ressaltou Puccinelli na reunião com os técnicos na sexta-feira, demonstrando confiança num encaminhamento positivo.

Fonte: SEPROTUR

Maranhão - Criado grupo para acompanhar famílias retiradas de terra indígena
SÍTIO NOTÍCIAS AO MINUTO, 10.01.2014

Foi criado hoje (10) grupo de trabalho formado por representantes do governo e de sindicatos de trabalhadores rurais do Maranhão para acompanhar o assentamento das famílias que serão retiradas da Terra Indígena Awá-Guajá.



A decisão da Justiça Federal de notificar os não índios para desocuparem a área deve começar a ser cumprida neste fim de semana, após últimos preparativos feitos nesta sexta-feira pela Justiça Federal e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A sentença de desintração do território foi emitida no último dia 16 de dezembro. Após receberem a notificação, as famílias terão 40 dias para deixar voluntariamente a área indígena. Durante esse período, os posseiros, agricultores, lavradores, madeireiros e criadores poderão retirar seus bens.

A decisão do juiz substituto Jorge Ferraz de Oliveira Júnior, emitida hoje, autoriza o trabalho dos oficiais de Justiça em domingos, feriados e durante horários não comerciais a fim de entregar as notificações. Hoje também foi divulgado que o Incra vai começar amanhã (11) a cadastrar as famílias que deixarão o local.

A terra indígena abrange uma área de 116 mil hectares e compreende os municípios maranhenses de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru.

Na reunião desta sexta-feira, com representantes do Incra e da Secretaria-Geral da Presidência

CONT.



da República, foi marcada a primeira reunião do grupo de trabalho para o próximo dia 20, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Zé Doca.

De acordo com o prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues, dois funcionários serão destacados para inscrever as famílias notificadas no Cadastro Único do governo federal, condição para o assentamento.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), um sobrevoo do local foi feito hoje pela equipe responsável pelo cumprimento da decisão. Na última quarta-feira, os oficiais de Justiça também fizeram o reconhecimento da região.

Esta semana, a Funai apreendeu e inutilizou toras de madeira que foram retiradas ilegalmente da terra indígena. Área de desmatamento ilegal em unidades de conservação também foram encontradas pelos funcionários que atuam na região. Uma base de operações foi montada na última sexta-feira (3) para fornecer estrutura e logística ao processo de desintrusão.

De acordo com o juiz José Carlos do Vale Madeira, responsável pela decisão judicial, a presença de lavradores e pequenos posseiros no local é majoritária, em vez de grandes agricultores e fazendeiros. A análise é a mesma de Arnaldo Lacerda, posseiro de São João do Caru. Ele disse ter cinco grandes propriedades na região, ocupando áreas de 3 mil hectares cada. Os demais moradores têm entre 10 e 60 hectares, declarou Lacerda, sendo que de dez a 20 médios agricultores cuidam de áreas regiões, em média, com 600 hectares.

"Quem trabalha são os próprios donos, não temos máquina, é trabalho manual", disse, ressaltando que não há submissão de trabalhadores a agricultores e pecuaristas.

A informação de Lacerda é de que 1.200 famílias, cerca de 6 mil pessoas, dividem a terra que será repassada aos índios Awá-Guajá. O juiz acredita que haja entre 300 e 500 ocupações e imóveis no local, número que estimou para lavrar os mandados de notificação.

Lacerda declarou que a decisão de iniciar a desintrusão do território foi tomada sem levar em conta o prazo para o assentamento das famílias. "Devia ter sido levado em consideração que não tinha um plano pronto para retirar esse povo. Estamos aguardando a expulsão para ser jogados no meio da rua", disse, ressaltando que, como o processo de litígio da terra começou em 1992, as soluções para a realocação das famílias já deveriam ter sido aplicadas.

Ontem, foi publicado no Diário Oficial da União a convocação das famílias para que participem da seleção do reassentamento. O Incra também abriu edital para a compra de áreas pelo governo destinadas à reforma agrária. Não podem ser beneficiários do programa agricultores e posseiros que têm renda de atividades não agrícola superior a três salários mínimos, além de proprietários de grandes áreas.

De acordo com a Funai, um convênio com as prefeituras dos municípios que receberão as famílias que deixarão a terra indígena vai garantir a infraestrutura e a distribuição de moradias pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

“Minha maior preocupação é que os lavradores, que preencham requisitos [para o cadastro], não sejam colocados às margens da BR [rodovia], não sejam marginalizados”, disse Madeira na terça-feira (7) em entrevista à Agência Brasil. Segundo ele, a União deve apoiar os agricultores atingidos com a desintrusão, processo que vai se desenrolar nos próximos dias com a notificação das famílias.

Sindicato Rural de Carazinho debate questão indígena

SÍTIO PORTAL GAZETA AM 670, 10.01.2014



Uma reunião na tarde desta sexta-feira (10) realizada na sede do Sindicato Rural de Carazinho debateu algumas questões em relação as áreas indígenas no estado do Rio Grande do Sul. Com a presença do engenheiro agrônomo do gabinete do deputado estadual Luis Carlos Heinze, Ivan Bonetti, prefeito municipal Renato Süss, secretário de desenvolvimento, Leandro Walber, presidente da câmara de vereadores Rudinei Brombilla, os vereadores Alaor Tomaz, Daniel Weber e Fernando Sant'Ana.

Durante a reunião o engenheiro agrônomo Ivan Bonetti esclareceu que cada município tem situações diferentes. Onde já existem áreas indígenas há um problema, por outro lado existem também os grupos de trabalho, caso de Carazinho, que também pode ser considerado um problema.

O agrônomo lembrou a todos de uma denúncia feita pelo deputado Heinze de que hoje existem mil e cem hectares para os índios, 13% das áreas do país, e o Governo Federal está buscando estender este número para 25% no RS. Ele ainda destacou os critérios adotados para fazer a regularização da área, onde estão os itens como remanescente indígena, laudos in memoriam (não há necessidade de comprovação física). Sobre Carazinho alertou que já está sendo realizado o mapeamento, sem que as pessoas fiquem sabendo do que está acontecendo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Pelo menos três áreas de um município podem estar na lista para regularização indígena. Após apresentados os locais o município tem um período de 90 dias para defesa. Por outro lado, o fato que gerou revolta dos presentes foi a questão de arrendamento das lavouras que foram ocupadas, com 33 mil hectares da safra foram arrendadas, fato denunciado pelo deputado federal Luis Carlos Heinze.

Após o levantamento dos dados e discussão dos presentes foi planejada uma mobilização junto às outras entidades representativas do município, além de mobilizar o comércio local, estudantes e população em geral para que compreendam o que está acontecendo. A nível federal foi destacado o projeto de lei complementar de um deputado do PSD de Mato Grosso, prevendo que os índios que comprovarem que estavam na terra antes de 05 de outubro de 88 permanecem na área, e os outros casos sejam considerados ocupação. Existe uma comissão que está avaliando o projeto e deverá fazer um relatório para votação.



Indígena brasileiro das Farc se entrega e denuncia recrutamentos forçados

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 10.01.2014

Um indígena brasileiro que integrava as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) se entregou e disse que pelo menos 30 índios de várias etnias foram integrados à força na organização, informou neste domingo (22) o exército colombiano.

Segundo um comunicado, o indígena, conhecido pelo codinome "Hernán", de 24 anos, foi recrutado pelas Farc em uma zona rural de Inirida, capital do departamento colombiano de Guainía, na fronteira com Venezuela e Brasil.

"Hernán" chegou ao território colombiano, vindo do Brasil, em companhia de um tio para trabalhar na região e foi recrutado pelo guerrilheiro conhecido como "Robinson".

Ao se entregar, "Hernán" disse aos militares que pertence à tribo curripaco e que estava há seis meses nas Farc.

Um indígena menor de idade se entregou aos militares junto com "Hernán", mas o exército não deu mais informações sobre sua origem.

"Hernán" denunciou que outros 30 índios, dos povos cubeo, tucano e desano, foram recrutados à força pelas Farc.

O índio afirmou que ao ingressar no grupo os guerrilheiros prometeram alimentação, roupas e transporte. Além disso, contou que os rebeldes o ensinaram a atirar e a manejar explosivos.

"Hernán" disse ainda que trabalha construindo trincheiras, coletando lenha e realizando outras atividades.

Fonte: UOL Notícias

Incra/MA cadastra famílias notificadas a deixarem a Terra Indígena Awá
SÍTIO LUIS CARDOSO, 10.01.2014



A partir deste sábado (11), uma equipe da Superintendência Regional do Incra no Maranhão inicia o cadastramento das famílias que serão notificadas pela Justiça Federal a deixarem a Terra Indígena Awá.

Edital de convocação para cadastro e seleção, visando o reassentamento, de não-índios da área indígena, foi publicado na última quinta-feira, 9, no Diário Oficial da União e estabelece os critérios para o cadastramento.

Serão cadastradas somente as famílias que se encontraram na Terra Indígena e que foram notificados pela Justiça. No ato do cadastro, é necessário apresentar a notificação.

A equipe de cadastramento do Incra, estará instalada na Base Operacional do Exército, em São João do Caru e ficará na área no período de 11 de Janeiro a 14 de fevereiro próximo.

As pessoas notificadas tem um prazo de 40 dias para saírem espontaneamente. Só serão reassentadas pelo Incra famílias que preencham os critérios legais para tornarem-se assentadas da reforma agrária.

CONT.



A autarquia está identificando áreas para a relocação dessas pessoas.

Para se inscrever, o candidato deve apresentar cópia da notificação judicial e originais e cópias de documentos pessoais, como carteira de identidade, certidões de casamento ou de nascimento, inclusive de cônjuges e dependentes.

Também é critério de seleção, estar inscrito no CadÚnico do Governo Federal. A inscrição no CadÚnico é feita pelas prefeituras municipais.

A Superintendência mobilizou 19 servidores que estão em campo, na busca de uma solução para minimizar possíveis conflitos sociais decorrente da desocupação da Terra Indígena Awá.

“O Incra está atuando em três frentes simultâneas para garantir os direitos sociais dessas famílias o mais rapidamente possível. Temos uma equipe que está identificando áreas para a implantação de assentamentos destinadas a esse público, outra está fazendo revisão ocupacional em lotes vagos, além dessa do cadastramento. Nossa intenção é viabilizar a terra dentro do prazo concedido pela justiça para a desocupação da Terra Indígena”, afirmou o superintendente José Inácio Rodrigues.

Rodrigues explicou que junto com a terra chegarão também outras políticas públicas. A moradia será garantida pelo programa Minha Casa, Minha Vida e um convênio com prefeituras vai garantir a infraestrutura como estrada e água.

“Ao se tornarem clientes da reforma agrária, essas famílias receberão todos os benefícios dessa política. Nossa prioridade é garantir o acesso à terra no primeiro momento, a segurança alimentar e num momento posterior, dar condições para que possam acessar outras políticas, como o Pronaf, por exemplo, visando a venda de excedente”, acrescentou Rodrigues.

Disque 100

Uma equipe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República está apta a receber denúncia de qualquer ameaça ou violação aos direitos humanos. O número para registrar esse tipo de ocorrência é o Disque 100.

Grupo de Trabalho

O presidente do Incra, Carlos Guedes, criou o Grupo de Trabalho (GT) que irá atuar na região da Terra Indígena Awá. A criação do GT foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 10.

Entre outras tarefas, o grupo deverá identificar lotes vagos onde possam ser reassentados os ocupantes não índios da terra indígena.

ONG denuncia prisão de quilombolas à ONU e OEA

SÍTIO EBC, 10.01.2014



Comunidade denuncia agressão de militares da Marinha
(Foto: página do quilombo)

Brasília - A organização não governamental (ONG) Justiça Global encaminhou hoje (10) à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) denúncia sobre agressão a quilombolas na última segunda-feira (6) no Complexo Naval de Aratu, na Bahia.

De acordo com a denúncia, dois moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos, foram presos e agredidos por militares ao passar por um portão que dá acesso à comunidade e que é controlado pela Marinha.

O objetivo da medida é mobilizar uma discussão e trazer à tona os problemas enfrentados pela comunidade. O Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito para apurar o caso. Edinei e Rosimeire estão sendo ouvidos, neste momento, pelo procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão, Edson Abdon.

Abdon informou que os militares deverão prestar depoimentos na próxima semana, mas sem data definida. O comandante da base deverá ser ouvido na próxima terça-feira (14).

A comunidade Rio dos Macacos e a Marinha têm um histórico de disputas pela região. Desde 2010, membros da comunidade e da Marinha brigam na Justiça pela área conhecida como Barragem dos Macacos, no município de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador.

Edição: Aécio Amado

Comunidade do Rio dos Macacos continua sob ameaça das forças armadas

SÍTIO GAZETA ON LINE, 10.01.2014

Os moradores foram atacados mais uma vez por militares



Os quilombolas do Rio dos Macacos mostram como resistir às investidas da Marinha.

O Quilombo Rio dos Macacos vem sofrendo com a repressão militar há anos. E 2014 começou provando que os militares não querem que a área fique em posse dos quilombolas.

Nesta terça-feira (7) foi mais um dia de ação truculenta das forças armadas. Segundo a denúncia dos quilombolas, uma das lideranças do movimento, Rose Meire dos Santos Silva, de 34 anos, e seu irmão Edinei, de 36, foram presos pelos militares e foram agredidos.

Houve uma discussão em virtude quando os quilombolas tentaram passar de carro pela entrada principal, onde fica uma guarita de militares. Esses mandaram os quilombolas descerem do carro, ordem que não foi obedecida. Assim, os militares forçaram a retirada dos passageiros.

As crianças saíram em socorro, mas Rose Meire e Edinei foram presos, arbitrariamente. Segundo as denúncias, os quilombolas só foram liberados no começo da noite, após um protesto realizado na entrada da base pelos quilombolas.

Rose Meire afirmou que "dois militares pegaram a gente e bateram muito. Estou com muita dor, não consegui dormir". Os militares, como de costume, dizem que a quilombola apresentava comportamento violento.

CONT.



História de luta

O Quilombo Rio dos Macacos ganhou notoriedade nacional depois de anos e anos de luta contra a Marinha e o governo brasileiro. Tendo se destacado na luta organizada e em não cair nas falsas promessas de Dilma.

A área em que vivem é cobiçada pelos militares, que por sua vez impedem judicialmente que os quilombolas se apropriem de uma vez por todas do local. Isso tudo mesmo diante do reconhecimento dado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de que a área de 301 hectares é, de fato, dos quilombolas,, desde a década de 1950.

Mas os militares não quiseram saber do reconhecimento do Incra, tendo acionado a justiça para impedir a titulação, o que acentuou os conflitos desde o final dos anos 2000.

A luta do Quilombo Rio dos Macacos mostra que os quilombolas não devem se iludir com as promessas do governo de novos terrenos caso entreguem as áreas que ocupam. Também demonstram claramente que a justiça e o estado burguês são incapazes de reconhecer esse direito constitucional e democrático dos quilombolas.



Funai distribui 330 cestas básicas para índios tenharim

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 11.01.2014

Ivan Richard
Enviado Especial

Humaitá (AM) - Índios da Reserva Tenharim Marmelos receberam neste sábado (11) 330 cestas básicas distribuídas por agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles estão praticamente isolados nas aldeias desde o último dia 25, quando um grupo de pessoas ateou fogo à unidade da Funai localizada no município de Humaitá, a 590 quilômetros da capital, Manaus, revoltados com o desaparecimento de Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro.

Os três homens foram vistos pela última vez no dia 16 de dezembro, quando passavam de carro no km 85 da Rodovia Transamazônica, que corta a reserva indígena. Moradores da cidade acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim.

A Polícia Federal (PF) está na região investigando o caso.

No dia 27 de dezembro, não índios queimaram casas de apoio e uma área de pedágio construídas pelos indígenas em uma aldeia. Desde então, além dos agentes da PF, homens da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Exército, da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Militar reforçam a segurança no local.

Na última quinta-feira (9), uma delegacia móvel da Polícia Federal chegou a Humaitá, no sul do Amazonas, para ajudar nas investigações sobre o desaparecimento dos três homens. O veículo foi deslocado para a Reserva Tenharim.

Amanhã (12), representantes do governo do Amazonas, do Exército e das forças de segurança que estão atuando no local devem ir até a reserva para avaliar a situação dos índios e os desdobramentos das investigações sobre o desaparecimento dos três homens e a destruição do patrimônio público.

Edição: Andréa Quintiere

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir as matérias, é necessário apenas dar crédito à Agência Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Indígena é preso após abusar de sobrinha de 5 anos

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 11.01.2014

Por: Folha de Dourados

Magno Fernandes de Barros, 43, foi preso ontem (10) acusado de estupro de vulnerável. Ele teria abusado sexualmente da sobrinha, uma criança de cinco anos na residência onde estava, na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados.

De acordo com o boletim de ocorrência, ele e um grupo de pessoas bebiam no local, quando se retirou do local e foi até o quarto onde a menina dormia. Em seguida, ainda conforme o registro policial, Magno começou a aliciar a jovem e a passar a mão em sua genitália.

Pessoas que estavam na casa perceberam a ação e deteram o homem até a chegada da Força Nacional.

Encaminhado e preso no 1º Distrito Policial em Dourados, ele negou a ação, porém, testemunhas afirmaram ter presenciado o fato, resultando no flagrante. (Douradosnews)

Jogos Indígenas iniciam em Amambai para promover a integração através do esporte
SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 11.01.2014

Fonte: Da Redação



O 11º Joind reúne oito cidades além de Amambai.

Aconteceu nessa sexta-feira (10), na Aldeia Indígena Guapoy (Aldeia Amambai), a abertura da 11ª edição dos Jogos de Integração Indígena (Joind). O Joind é uma olimpíada indígena realizada pela Associação de Jovens Indígenas Guarani/Kaiowá em Ação (JIGA) em parceria com a Prefeitura Municipal de Amambai e outras entidades.

“Ninguém faz nada sozinho, a nossa equipe batalhou para que esses jogos acontecessem e agradecemos a todos os que nos ajudaram”, afirmou o diretor geral do Joind, professor Ismael Morel.

O vice-prefeito pediu lealdade entre os competidores e afirmou ter orgulho de estar recebendo esta competição no município. “Não está cem por cento, mas está próximo da perfeição”, disse Edinaldo Bandeira.

Durante o evento foram realizados o acendimento da Tocha Olímpica e apresentações de dança do grupo indígena Arandu, que acompanha os jogos desde seu início. O vencedor do Festibai 2013, Juliano Misael, também esteve animando o público.

Estiveram presentes no ato, o vereador, Ailton Rosendo; a secretária de Educação, Vera Lorensetti, e o vereador de Caarapó, Dário Ramires.

CONT.



Garoto e Garota Joind

Um garoto e uma garota de cada município disputou o cargo de Garoto e Garota Joind 2014, dez casais desfilaram para jurados, que votaram e decidiram a critério de beleza facial, desenvoltura na passarela e simpatia. Os vencedores em primeira colocação foram os candidatos da aldeia Amambai, que receberam presentes e suas correspondentes faixas.

Em segundo lugar ficaram o garoto de Caarapó e a garota de Antonio João. Já em terceiro, foram contemplados o garoto de Coronel Sapucaia e a amambaiense da aldeia Limão Verde.

Joind 2014

As modalidades serão futsal, basquetebol, voleibol e modalidades típicas como atletismo, corridas, saltos, arremessos, arco e flecha, cabo de força, queimada, entre outras, tendo como participante as aldeias dos Municípios de Amambai, Tacuru, Paranhos, Douradina, Coronel Sapucaia, Caarapó, Sete Quedas, Antonio João, Dourados, totalizando 200 atletas.

Como novidade serão realizadas lutas, apresentações culturais valendo pontuação para o campeonato e o sambo, uma mistura de dança e luta, similar a capoeira.



MPF cobra cumprimento de decisão para proteção de terra indígena no AM
SÍTIO OLHAR DIRETO, 11.01.2014

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) cobra que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) comprovem que estão garantindo proteção à terra da etnia Tenharim Marmelos, em Humaitá, município do Sul do Amazonas, a 590 km de Manaus. A região registra conflitos entre indígenas e não-índios desde o fim de 2013, quando homens desapareceram na BR-230 (Rodovia Transamazônica). A população culpa os índios da etnia Tenharim pelo sumiço.

O órgão enviou a solicitação à Justiça Federal pedindo o cumprimento das medidas determinadas por decisão liminar proferida no dia 28 de dezembro do ano passado. A decisão prevê o retorno dos índios Tenharim à terra indígena Tenharim Marmelos, e a elaboração de plano de proteção que garantisse a integridade dos índios em suas terras. A manifestação do MPF foi encaminhada à 1ª Vara Federal, onde aguarda análise.

O retorno dos índios - que estavam abrigados no quartel do 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) do Exército, em Humaitá - às aldeias ocorreu no dia 30 de dezembro de 2013. No entanto, o MPF afirma que a decisão liminar não foi totalmente cumprida. "Não existe qualquer informação da Funai e da União a respeito da proteção à terra indígena, por meio de plano elaborado pela Funai, conforme determinado pelo Justiça", informou o órgão, por meio da assessoria de imprensa.

O MPF afirma que a Funai se limitou a mencionar plano de segurança elaborado para a realização de buscas de pessoas que, supostamente, teriam desaparecido na terra indígena.

As informações relatadas, conforme o Ministério, não têm relação com a decisão liminar. Portanto, o órgão afirma que "não estão sendo adotadas as medidas necessárias para garantir paz e estabilidade aos indígenas para a reprodução de seus modos de vida, e sim apenas para assegurar a realização das atividades de busca no local".

O pedido de manifestação à Justiça Federal solicita que a Funai e União comprovem, no prazo de 24 horas, o cumprimento das exigências previstas na decisão judicial. Entre as ações que devem ser tomadas estão a proteção à terra indígena Tenharim Marmelos, plano de emergência da Funai para a proteção da área, inclusive com informações sobre a instalação dos postos de fiscalização e o monitoramento territorial da estrada no trânsito por não-indígenas. Devem responder ainda sobre o efetivo adequado de segurança, por parte das forças federais, que será utilizado na adoção das medidas planejadas por tempo indeterminado.

CONT.



Segundo o MPF, o pedido inclui também a expedição de ofícios ao ministro da Justiça, à presidente da Funai e ao ministro da Defesa, consultando-lhes sobre as medidas adotadas para o cumprimento da decisão liminar por tempo indeterminado.

O Ministério Público comunicou também que requer, ainda, a realização de diligência "in loco" por oficial de Justiça para verificar o cumprimento da decisão.

Funai

Assessoria da Funai assegura que "todas as medidas relativas à proteção dos direitos dos povos indígenas vem sendo tomadas, desconhecendo qualquer caso de omissão".

A Funai informou ainda que está em articulação com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que é o órgão responsável pela saúde deste segmento, para o envio emergencial dos medicamentos. Segundo o órgão, a Companhia Nacional de Abastecimento já foi acionada para o fornecimento das cestas básicas, que serão distribuídas em parceria com o Exército Brasileiro. O Ministério da Defesa afirmou que o Exército vem proporcionando o apoio logístico necessário aos órgãos do governo que atuam na região.

Ao G1, a Funai ressaltou ainda que: "é necessário esclarecer que, neste momento, cabe à Funai atuar como mediadora no diálogo entre os indígenas e as forças de segurança, sendo de responsabilidade da polícia a investigação das denúncias e crimes ocorridos, bem como do monitoramento do trânsito na região. Nesse sentido, a Presidência da Fundação encaminhou servidores para o município de Humaitá, com o objetivo reforçar as equipes para colaborar na realização dos trabalhos".

Conflitos

A região onde a reserva Tenharim está localizada é palco de conflitos desde o dia 25 de dezembro, após o desaparecimento de três pessoas. Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro sumiram desde o dia 16 de dezembro.

No último dia 27 de dezembro, um grupo de não-índios ateou fogo em uma área de pedágio e casas de apoio localizadas em uma aldeia indígena. Após o início dos conflitos, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça determinou que o governo federal deve proteger os índios da reserva dos Tenharim.

Habitação rural beneficia remanescentes quilombolas de Lagoa Clemência
SÍTIO BLOG DO RODRIGO FERRAZ, 11.01.2014



Setenta e três famílias da comunidade rurais do Oiteiro e de Lagoa de Maria Clemência, no distrito de Pradoso, participaram na manhã da última terça-feira, 08, da solenidade de assinatura do contrato para construção e reforma de casas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural. Participarão da cerimônia de inauguração o representante da Caixa Econômica Federal Aldacy Melo, o vereador líder do governo Florisvaldo Bittencourt, Priscila Sampaio, representante da empresa Philos Consultoria, responsável pelo projeto social e executivo da obra.

No total 73 famílias estão sendo beneficiados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – uma iniciativa que integra o programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, e garante subsídio financeiro para construção, reforma ou ampliação de moradias rurais. As obras iniciam de imediato e devem estar prontas até o início do ano que vem.

O projeto do empreendimento foi batizado de “Quilombolas Unidos ” e posteriormente outras 30 casas serão reformadas pelo programa nas comunidades quilombolas que são as primeiras a serem atendidas pelo PNHR.

Segundo o vereador Florisvaldo Bittencourt a meta é beneficiar mais de 500 famílias na região nos próximos anos . É muito gratificante quando as políticas públicas chegam no seu destino final. Mas para isso foi necessário um árduo processo de organização das associações para receber esse benefício de um dos programas mais importantes do governo da presidenta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Dilma. Homens e mulheres do campo, que antes eram esquecidos por outros governos e hoje podem sonhar e conquistar uma vida com mais conforto e dignidade”, afirmou

A presidente da associação de Lagoa de Maria Clemência, Viviana Viana falou da sua alegria pelo momento . “Estamos muito felizes porque, graças ao empenho de toda comunidade, dezenas de famílias serão beneficiadas com moradia digna. ” O presidente da Associação da Comunidade Quilombola do Oiteiro, Valdenício Gonçalves, disse que um sonho estava sendo realizado para muitas famílias. “Estamos realizando um sonho que é essa garantia de condições de moradia para a população do campo”, disse.

PNHR – O Programa Nacional de Habitação Rural beneficia agricultores familiares com renda anual de até R\$ 15 mil. O valor do subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), é de até R\$ 28,5 mil para construção, e de até R\$ 17,2 mil para reforma. Cada família devolve à União 4% do valor subsidiado, em quatro parcelas anuais (1% por ano – 96% do valor total do projeto é subsidiado). (Da Assessoria Parlamentar)



Manifestação cultural contra derrubada do antigo Museu do Índio acontece neste sábado

SÍTIO EBC, 11.01.2014



Rio de Janeiro - Pagé Kunue Kalapalo, do Xingu, pinta rosto de criança em manifestação contra demolições (Vladimir Platonow/ABr)

Entidades da sociedade civil, artistas e outros defensores da causa indígena realizam neste sábado (12) a partir das 18 horas, uma manifestação cultural em favor da Aldeia Maracanã, no antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro. O objetivo do protesto é dar visibilidade ao movimento contra o despejo dos índios que ocupam o prédio que está para ser demolido pelo governo do Estado visando à construção do Complexo do Maracanã para receber a Copa 2014.

“Cabe ao Governo Federal a decisão sobre o que será feito com os índios que ocuparam irregularmente o imóvel. A demolição visa a abrir espaço para a transformação do Complexo do Maracanã em uma grande área de entretenimento e é necessária para que o futuro complexo atenda às necessidades de escoamento e circulação de público nos padrões internacionais seguidos por esse tipo de equipamento esportivo”, afirmou a assessoria de imprensa do Governo do Rio de Janeiro ao Portal EBC.

Segundo a assessoria, o projeto final estará no edital de licitação da concessão do Complexo do Maracanã, a ser publicado até o final de janeiro. A empresa vencedora responderá pela gestão, operação, manutenção e readequação da área.

“Essa é uma questão que envolve toda a sociedade. Não é só a derrubada do museu que está em jogo, mas o processo criminoso de concessão do Maracanã ao Eike Batista”, afirma o ativista Pedro Rios Leão, apostando com quem ficará a administração do Complexo.

CONT.



A licitação para a demolição do antigo Museu do Índio foi realizada em 20 de dezembro último. A empresa vencedora, Compec Construções e Locações, vai receber R\$ 586.058,95 pelo serviço. O contrato será assinado nos próximos dias e, a partir de então, o prazo para a demolição será de 30 dias. A informação de que a demolição aconteceria no próximo domingo (13) foi negada pelo Governo Estadual.

Desde a década de 1980, o Museu do Índio foi transferido para o bairro Botafogo. O antigo prédio abriga indígenas que defendem a construção no local de um centro de tradição. Em dezembro, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio se manifestou contra a demolição alegando o valor arquitetônico e informando que há indicação de tombamento como patrimônio histórico. De acordo com o decreto municipal 20.048/2001, a demolição e/ou alteração de edificações construídas até o ano de 1937 (como é o caso do imóvel) somente serão autorizadas após pronunciamento favorável do CMPC.

Duas ações civis públicas estão em tramitação na Justiça por iniciativa da Defensoria Pública da União (DPU). Uma delas pede o tombamento do prédio e a outra visa garantir o usucapião do imóvel para os indígenas.

Escola

Além do prédio do antigo museu, a construção do Complexo do Maracanã também prevê a demolição da Escola Municipal Friendenreich. No final do ano passado, pais de alunos e ativistas também se manifestaram contra a demolição da unidade educacional, que ganhou sobrevida de um ano. Segundo a assessoria de imprensa do Governo do Rio, a derrubada do imóvel ocorrerá após a transferência dos alunos para novo espaço, a ser realizada nas férias escolares de 2013/2014. O assunto é tratado em parceria pelo Governo do Estado e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

MS – Brigada em Solidariedade aos Guarani Kaiowá visita aldeia de Jaguapiru
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.01.2014

Luana Luizy, Vírus Planetário



Foto: Rafael de Abreu

A Brigada em Solidariedade aos Guarani Kaiowá visitou a aldeia de Jaguapiru, há 5 km do centro urbano de Dourados. Os indígenas Guarani Kaiowá vivem em situação de confinamento na região que atualmente abriga 12 mil indígenas para uma área de 3 mil hectares.

Além dos problemas de alcoolismo, os indígenas também estão sendo afetados pelas atividades de uma pedreira que causa diariamente explosões a dinamite na área.

Indígenas já morreram devido as atividades da mineradora, mas afirmam que não vão sair do tekoha, o lugar sagrado para o grande povo Kaiowá Guarani.

Diga não ao PLP 227 que permite a exploração de mineradoras em terras indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Parecer da Comissão Especial da PEC 215 deve sair ainda este ano
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.01.2014

Comissão foi rapidamente instalada pelos deputados ruralistas em dezembro do ano passado, mesmo sob protestos indígenas



Por Any Cometti, em Século Diário

Em 2014, a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 deve emitir seu parecer sobre aquela que é encarada como uma das maiores afrontas atuais aos direitos indígenas no País. A comissão, instalada em dezembro de 2013 em meio aos protestos dos indígenas, tem um prazo regimental de 40 sessões ordinárias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por mais 20 sessões, e é o último passo antes que a proposta seja encaminhada ao plenário da Câmara dos Deputados.

A PEC 215/2000 transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, abrindo prerrogativa para a revisão de processos já homologados – que é o caso do território indígena de Aracruz, no norte do Estado – e para terras quilombolas e Unidades de Conservação (UCs). O texto foi aprovado há um ano e meio na Comissão de Constituição de Constituição e Justiça da Câmara.

Entretanto, manifestações de lideranças indígenas de todo o país reunidos em Brasília, onde expressaram com maior afincio a contrariedade à PEC, fizeram com que o presidente da

CONT.



Câmara decidiu não instalar a comissão na época. Atos contra a proposta também foram firmados em outros estados, como parte da Mobilização Nacional Indígena. No Espírito Santo, na última sexta-feira (4), índios das aldeias Tupinikim e Guaraní de Aracruz (norte do Estado) fizeram uma manifestação pacífica em trechos das rodovias ES 010, ES 257 e ES 456.

A comissão especial para análise da PEC 215/2000 foi instalada no dia 10 de dezembro, em menos de dez minutos, com a presença de lideranças indígenas e novamente em clima de tensão, sob os gritos de "Demarcação Já!" e "Assassinos!", em referência aos ruralistas. A comissão, evitada por quase dois anos pelas mobilizações indígenas e manifestações populares, foi criada em abril deste ano e constituída em setembro.

Na época da criação da comissão, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontou que sua instalação atende única e exclusivamente aos interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional e "reforça a declaração de guerra do latifúndio contra os povos indígenas, contra os quilombolas, contra o meio ambiente e os respectivos direitos constitucionalmente estabelecidos". A entidade denunciou ainda que o ato presidencial se deu "no calar da noite".

Ainda em setembro, foi negado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, mandado de Segurança (MS 32262) impetrado pelas frentes de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio aos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados, com pedido de liminar, para sustar a tramitação da PEC 215. Os parlamentares defendiam que o projeto é inconstitucional, por violar a cláusula pétrea constitucional que rege sobre os direitos e garantias individuais dos povos indígenas e os interesses econômicos por trás da revisão das demarcações.

Em reunião realizada no dia da instalação da comissão, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reforçou posição do governo contrária à PEC 215, já anunciada em outubro de 2013. À época, o ministro disse que o governo entende a proposta como inconstitucional, já que fere cláusulas pétreas da Constituição, assim como apontam especialistas da área. A garantia do ministro, entretanto, é contraditória à posição que governo federal tem tomado em relação às questões envolvendo as terras indígenas no país, em favor dos interesses ruralistas. Os índios já denunciaram reiteradas vezes os "ataques orquestrados" pelo governo Dilma e parlamentares ruralistas do Congresso Nacional, que trabalham "a serviço de interesses privados" contra os seus direitos sagrados à terra, territórios e bens naturais garantidos pela Constituição.

No dia 17 de dezembro, a comissão definiu, em sua primeira reunião, o cronograma de trabalhos. O deputado Afonso Florence (PT-BA), que já foi ministro do Desenvolvimento Agrário, preside o colegiado. A relatoria foi do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), que já havia relatado e recomendado a aprovação da admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como já afirmado pelo Cimi, pelo menos 72% dos deputados da comissão especial são membros ou aliados da Frente Parlamentar Agropecuária. São ao menos 15 ruralistas, com direito a voto, de um total de 21 deputados federais, nenhum deles do Espírito Santo. Para o Cimi, a Mesa da Câmara, o Ministério da Justiça, a AGU e a PGR não conseguiram convencer os ruralistas do contrário, e lavaram suas mãos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

O Cimi também alertou que o número de membros ruralistas pode aumentar , caso as posições regionais de alguns deles, que são contrários a demarcações e outros direitos indígenas em seus estados de origem, prevaleçam. Entre os demais deputados, a entidade acredita que apenas cinco certamente farão frente ao pleito ruralista de transferir do Executivo para o Legislativo a aprovação das demarcações e homologações de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental.

No dia 18, a bancada do PT na Câmara divulgou nota na qual reiterava sua posição contrária à proposta, na qual considera “um equívoco” as atribuições dadas pela matéria ao Congresso Nacional, bem como a reversão de processos já finalizados. Os deputados petistas também afirmaram que a PEC 215 é inconstitucional porque fere cláusulas pétreas da Constituição, precariza os direitos indígenas e dá margem para o aumento dos conflitos territoriais.

"Morte de Ivan sela destino de Ivã na Funai"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.01.2014

Coordenador de fundação foi demitido em meio a confronto iniciado com assassinato de cacique



Ivã Bocchini (camiseta azul) e o cacique Ivan (de pé, de camisa amarela), 4 dias antes de sua morte

Por Lourival Sant'Anna, em O Estado de São Paulo

No dia 29 de novembro, habitantes da Terra Indígena Tenharim Marmelo se reuniram na aldeia Vila Nova para celebrar o encerramento dos trabalhos da primeira brigada indígena de combate ao incêndio florestal, fruto de um convênio com o Ibama. Lá estavam o cacique Ivan Tenharim, da aldeia Kampinhu'hu, assim como os chefes da maioria das 13 aldeias, e seu xará Ivã Bocchini, coordenador da Regional Madeira da Funai.

Quatro dias depois, a morte do cacique desencadearia uma sequência de acontecimentos que culminaria na exoneração do coordenador da Funai, publicada na sexta-feira. A foto feita pelo repórter do Estado (acima), em que os dois aparecem juntos, foi não só talvez a última do cacique, mas também o último instante de uma estabilidade tensa que se romperia em seguida. Até hoje não se sabe do que o cacique morreu. Seus familiares dizem tê-lo visto caindo de sua moto, e sustentam que a morte foi acidental. Entretanto, dias depois, Bocchini publicou no blog da Coordenação Regional do Madeira que o cacique teria sido assaltado e espancado até a morte por homens brancos [sic]*.

CONT.



A versão passou despercebida na região, até que o desaparecimento de três brancos, no dia 16, levou à especulação de que eles teriam sido vítimas de vingança pela morte do cacique. O paradeiro de Aldeney Salvador, funcionário da Eletrobrás, do representante comercial Luciano Ferreira e do professor Stef de Souza ainda é desconhecido.

Mas a vinculação entre a versão do coordenador da Funai e os desaparecimentos levou centenas de moradores da vila de Santo Antonio do Matupi, no município de Manicoré, que abrange parte da Terra Indígena, a atacarem as aldeias, desmantelando os odiados postos de pedágio mantidos pelos índios, e levando à fuga de muitos deles.

Fazendeiros e madeireiros do Matupi e também de Apuí, o próximo município ao longo da Transamazônica, queixam-se de que o pedágio, imposto pelos índios em 2007, representa mais uma sobretaxa para os produtores da região, que já enfrentam a estrada de terra e o alto preço da tonelada do calcário usado na correção do solo – que sai por R\$ 15 de Cáceres (MT), a 1.800 km, e chega a Apuí por R\$ 380. Os índios cobram R\$ 70 das carretas, R\$ 60 dos caminhões, R\$ 20 das caminhonetes, R\$ 15 dos carros e R\$ 10 das motos – na ida e na volta.

De acordo com fiscais do Ibama, graças ao pedágio, os índios pararam de vender madeira. Em 2011, o Ibama fez uma grande apreensão de madeira ilegal na Terra Indígena. Mas, segundo o cacique Zelito Tenharim, funcionário da Funai, os índios tinham vendido a madeira para “botar pressão” para que o pedágio, considerado ilegal, fosse mantido. “O pedágio nos trouxe qualidade de vida, os índios estão bem nutridos graças a ele”, afirmou Zelito. Segundo ele, a receita custeava os estudos de 22 indígenas nas universidades de Humaitá e uma aluna de medicina em Cuba.

O ressentimento é alimentado pelas disputas de terra. Fazendeiros do Matupi disseram ao repórter do Estado que algumas das terras mais férteis da região estão na Tenharim Marmelos. “Estamos lutando para mudar, deixar as melhores terras para a produção e as terras que não produzem para a reserva”, disse o pecuarista Maximiano Carreta, que mantém contatos com os governos em Manaus e Brasília. Dois agricultores acenaram, em aprovação.

“Não dá certo”, reagiu mais tarde o cacique Domingos Tenharim, da aldeia Vila Nova, a quem o repórter perguntou o que achava dessa ideia. “Essa troca é muito ruim.” Segundo o cacique, “não nasce nem pasto” nos campos que os fazendeiros querem deixar para os índios. Domingos disse que os índios plantam mandioca, arroz, feijão, milho, batata, melancia, abacaxi e cana. “Por enquanto, não temos gado, mas pretendemos ter.”

Para completar, a aldeia Vila Nova tem eletricidade e conexão de internet por rádio – confortos inexistentes na maioria das fazendas da região. Tudo isso serviu de combustível para a explosão de revolta em pleno Natal.

*Em nenhum momento Ivã Bocchini escreveu que “o cacique teria sido assaltado e espancado até a morte por homens brancos”. Embora o texto tenha sido retirado do blog da Funai, exatamente por considerar que ele é a maior prova de que não houve qualquer acusação ou insinuação que pudesse levar à violência, ele continua disponível aqui, em Violência em Humaitá: “Morre Ivan Tenharim”.

Justiça reconhece área indígena e constrange Funai

SÍTIO FOLHA DE S. PAULO, 12.01.2014



Vista da reserva indígena, cercada por prédios;
área equivale a quatro campos de futebol

Enquanto o governo Dilma Rousseff é criticado por índios por problemas em demarcações de terra, a Justiça atravessou a Funai (Fundação Nacional do Índio) e cravou uma área indígena em um bairro nobre de Brasília.

O local, agora reconhecido como área tradicional indígena, pode valer mais de R\$ 146 milhões. Fica a 15 km do gabinete de Dilma, no Noroeste –bairro novo, supostamente "ecológico" e alvo de especulação imobiliária.

Publicada em novembro, a decisão constrange a Funai, acusada pelo Ministério Público Federal de ter sido negligente. Segundo a sentença, pareceres que a fundação alega serem contrários à demarcação das terras eram, na verdade, a favor dos índios.

"A Funai já se posicionou pela inexistência da tradicionalidade [na área], entendendo que dizia respeito a problemas de moradia. Os documentos comprovam o contrário, evidenciando a natureza da tradicionalidade da ocupação", escreveu o juiz federal Paulo Cruz.

NOVELA

A decisão atropela a Funai porque o pedido da procuradoria era apenas para que a fundação montasse um grupo de trabalho para examinar o tema. O juiz foi além e já estabeleceu a área indígena, obrigando a Funai a apenas demarcar os limites da área.

CONT.



HISTÓRIA DO TERRENO

1960

Indígenas vêm de Pernambuco para o lugar, que passa a ser considerado sagrado

1980

Data de um recibo de compra do local pelos índios

1996

Processo instaurado a pedido dos índios para regularização do imóvel

2009

Governo lança o bairro Noroeste e bate recordes de vendas. Os conflitos entre empreiteiras e indígenas se agravam

2013

Após liminares, Justiça reconhece local como terra indígena

Após mais de cinco anos de polêmica, os índios da comunidade fulni-ô tapuya tiveram reconhecida uma área de quatro hectares –ou quatro campos de futebol. O uso dessa área já estava suspenso graças a uma decisão provisória da Justiça que impedia a licitação da terra.

A região corresponde a duas quadras comerciais do Noroeste, uma entrequadra e uma avenida. O local pode valer mais de R\$ 146 milhões, se comparado aos preços exigidos pelo governo em licitações de quadras similares.

O local é ocupado pelos índios fulni-ô tapuya desde o fim da década de 1950, quando migraram de Pernambuco para a capital em construção. O jogador Garrincha (1933-1983) é o mais famoso representante dos fulni-ô.

A população indígena no local varia, mas ao menos cinco famílias ocupam a região –uma mata, margeada por prédios em construção. O boom imobiliário veio só em 2008, quando o DF começou a licitar lotes no Noroeste. O governo faturou quase R\$ 2 bilhões com os terrenos.

O Ministério Público, a Funai e a Terracap, órgão do DF responsável pelas licitações, não comentaram a decisão.

Brasil Profundo: Indígenas sofrem com falta de assistência e perseguição no Sul do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.01.2014

Por Cley Medeiros, enviado especial da Mídia NINJA à Terra Indígena Tenharim



Povo Pirahã. Foto: Gabriel Ivan (NINJA)

Nesta semana completam 18 dias desde a última onda de violência contra indígenas na região de Humaitá no sul do Amazonas. Com a ausência da FUNAI e da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) – que foram transferidos para outros lugares do Brasil depois dos ataques à sede da entidade – aldeias como a dos Tenharim e Jiahui padecem da completa falta de alimentos e medicamentos

Os indígenas, ameaçados de envenenamento, sequer podem comprar mantimentos em Humaitá. A interrupção da cobrança da compensação social – taxada de pedágio pela população – prejudica a única fonte de renda de diversas famílias.

Esses impactos se estendem além das áreas de tensão, afetando também outras etnias da região. A Mídia NINJA teve acesso exclusivo aos indígenas Pirahã, que habitam às margens do Rio Maici, a 90km da cidade de Humaitá. Nessa época do ano os Pirahãs sobem o rio até a ponte Bela Vista, no Km 100 da Transamazônica, onde a FUNAI/SESAI deixam mantimentos e remédios para eles levarem até a aldeia, o que não aconteceu essa semana.

A falta de abastecimento tem prejudicado a distribuição de alimentos e medicamentos, a fome tem sido um problema grave. Cerca de 10 indígenas Pirahãs estão desde o começo da semana

CONT.



sob a ponte esperando ajuda humanitária. Até este momento, o único apoio é da dona de um mercado, – talvez o único até o Km 180 – que em troca da caça de peixes do rio dá arroz, feijão e farinha, além de alguns biscoitos para as crianças.

Enquanto procurava alimento em áreas mais profundas da floresta, Elizete Tenharim foi picada por uma cobra surucucu-pico-de-jaca, uma das mais venenosas da região. Minutos depois, o braço já estava começando a perder o movimento. Procurada pelos índios para prestar assistência, a Polícia Rodoviária Federal chegou a ir até a aldeia, mas não conseguiu convencer a indígena a ir até Humaitá, distante 140 km, para ser medicada. “Eu não sei o que eles fariam comigo lá na cidade, eles não gostam de índio, podem muito bem me matar,” declarou Elizete.

Até o momento nenhuma providência foi tomada pelo órgão responsável pela saúde indígena. Elizete continua na sua aldeia esperando a assistência médica. Desde o dia 25 de dezembro todos os tratamentos médicos foram interrompidos, inclusive aqueles de maior gravidade, como pacientes com deficiências físicas e mentais.

A ONG Kanindé, conhecida na defesa dos direitos indígenas, fez uma campanha onde conseguiu arrecadar cerca de 200 cestas básicas. Os alimentos serão entregues nas aldeias Tenharim, Jiahui e Pirahã. Até o momento eles esperam a ajuda de um caminhão da FUNAI para transportar os mantimentos até os territórios indígenas.

Saiba mais sobre os últimos acontecimentos na região de Humaitá, Sul do Amazonas, em NINJA.

Regeama denuncia possível invasão de T.I. Krikati por forças de segurança, e Copiama divulga pedido de reunião urgente com autoridades
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.01.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Exterior de Polo do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Maranhão

Segundo a Rede de Gestão Ambiental do Maranhão, há informações de que o Exército ou a Força Nacional teriam invadido a Terra Indígena Krikati, no final desta tarde. Em nota, a REGEAMA diz esperar não haja qualquer tipo de violência, uma vez que nas suas ações dos últimos dias os indígenas estão cobrando simplesmente políticas públicas. E afirma que "O diálogo tem que ser estabelecido e as POLÍTICAS TÊM QUE SER IMPLEMENTADAS! Chega de tanta corrupção na saúde e educação no Maranhão!".

A Rede anexa à Nota cópia de solicitação (abaixo) que a Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão (Copiama) encaminhou hoje a diversas autoridades federais e estaduais, de uma reunião urgente para discutir carta de 6 de janeiro, protocolada pela Funai no dia 7, na qual fazem diversas exigências ao governo federal.

Após muitas denúncias e tentativas de diálogos, inclusive através de Ação Civil Pública de 2011, os Krikati, Guajajara e Krenyê decidiram partir para a ação e, no domingo, 5 de janeiro, bloquearam trecho da rodovia MA-280, entre as cidades de Montes Altos e Sítio Novo, no sudoeste do Maranhão, a 65 km de Imperatriz. Na segunda-feira, dia 6, derrubaram duas torres de alta tensão que cortam a Terra Indígena sem que a Eletrobrás tenha cumprido qualquer acordo compensatório.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Na carta de 6 de janeiro, a Copiama reivindica, entre outras coisas, a regularização fundiária e desintrusão da Terra Indígena Krikati; a compensação da Eletronorte pelas torres de alta tensão instaladas na área; e a troca da coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) do Maranhão. Para a reunião de amanhã, entretanto, as questões priorizadas são referentes a saúde e educação.

Abaixo, cópia da solicitação de reunião urgente e [fotos](#) que, como a que abre este texto, demonstram claramente porque a Copiama prioriza essas duas questões.

**COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES
DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO – COAPIMA**

Cels (99) 8414 - 0577 ou (98) 8482 - 2202

Montes Altos, 12 de janeiro de 2014

SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO URGENTE / COAPIMA

Exma. Sra. Roseana Sarney/Governadora do Estado do Maranhão

Exmo. Sr. Eduardo Cardozo/Ministro da Justiça

Exmo. Sr. Alexandre Padilha/Ministro da Saúde

Exma. Maria do Rosário/Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Exmo. Dr. Joaquim Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Exmo. Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros/Procurador-Geral da República

Exma. Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal,

Exma. Dra. Regina Lúcia Almeida/Procuradora Geral de Justiça/MPE/Maranhão, e representantes da Coordenação do GT de Educação Indígena/REGEAMA/CEDDH

Prezadas/os Senhoras/os

Solicitamos urgentemente uma reunião na Aldeia São José, na Terra Indígena Krikati, na MA 280, Montes Altos/MA para **discutir e acertar os encaminhamentos concretos que estão detalhados** e que estamos reclamando na CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO, e incluímos ainda a pauta do TAC DA EDUCAÇÃO INDÍGENA (MPF) anexo.

Ficaremos aguardando o agendamento urgente e solicitamos a presença nessa reunião de um representante do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, FUNAI, MPF, MPE, DPU, GOVERNO ESTADUAL (senhores Secretários João Abreu/Casa Civil, Luis Fernando/Infra-Estrutura e Pedro Fernandes/Educação), CEDDH e REGEAMA/CONSEA/CONSEMA.

Atenciosamente,

**SILVIO SANTANA DA SILVA / GUAJAJARA – Coordenador Geral da
COAPIMA**

Dilma pede fim de pedágio, mas índios tenharim não aceitam

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 12.01.2014



O general Eduardo Villas Bôas (no centro) preside a comissão de paz (Foto: Chico Batata/Agcom)

Os índios tenharim e jiahui voltaram a reafirmar neste domingo (12) que farão a cobrança de pedágio ilegal na BR 230, na Transamazônia, no início de fevereiro mesmo sob os apelos da comissão de paz enviada pela Presidente Dilma Rousseff à aldeia Marmelos, na reserva indígena, a 130 quilômetros de Humaitá, foco do conflito no sul do Amazonas. A região está sob proteção de mais de 700 homens integrantes da força-tarefa federal e estadual.

A comissão presidida pelo general Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia do Exército, propôs as lideranças indígenas o fim da cobrança do pedágio ilegal a pedido da presidente Dilma Rousseff. Em contrapartida, o governo federal irá desenvolver ações de compensação financeira pelos danos causados aos índios pela construção da rodovia e implementará políticas públicas sociais e de sustentabilidade econômica na região envolvendo os ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente.

Ivanildo Tenharim, 34, disse em entrevista ao portal Amazônia Real que os índios tenharim e jiahui não aceitaram a contrapartida da presidente Dilma Rousseff. Eles pediram pela segunda vez a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para negociar um acordo. "Não vamos revogar a cobrança de pedágio, que está mantida para o dia 1º de fevereiro. O delegado da Polícia Federal já deixou um recado dizendo que vai prender o índio que fizer a cobrança. Nós vamos cobrar. A gente vai enfrentar e encarar esse problema de frente", afirmou.

Em entrevista ao portal Amazônia Real, o general Eduardo Villas Bôas disse que a mensagem enviada pela presidente Dilma Rousseff aos índios foi no sentido de determinar providências

CONT.



para o fim do pedágio. A reunião, que durou cerca de duas horas, começou às 15h30 (17h30 em Brasília), na aldeia Marmelos, e contou com a presença de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República.

“Para a presidente Dilma a cobrança do pedágio não pode voltar a acontecer. A presidente manifestou muita preocupação sobre o que está acontecendo e determinou que fosse adotadas providências no sentido de que a Lei seja cumprida”, afirmou o comandante do CMA.

Segundo o general Villas Bôas, a presidente Dilma Rousseff manifestou preocupação com a segurança da população do sul do Amazonas. A região vive um clima de conflito entre índios e a população não indígena das cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá, desde o desaparecimento de três homens na reserva e a morte do cacique Ivan Tenharim no mês de dezembro de 2013.

“A presidente Dilma determinou que se faça as apurações corretamente para definir os responsáveis nas três questões: a morte do índio, o desaparecimento do três rapazes e repercussão (a revolta dos moradores). A presidente Dilma tomou providências para promover a normalização da vida nesta região, garantindo a segurança de todos, além do atendimento dos índios, que têm dificuldade de alimentação, medicamentos e tratamento contínuo”, disse o general Villas Bôas.

Solução imediata

Ivanildo Tenharim disse que as lideranças não aceitaram a proposta da comissão. Segundo ele, a contrapartida apresentada pela comissão é de longo prazo. Os índios querem uma decisão de curto prazo já que arrecadavam cerca de R\$ 35 mil mensais com a cobrança do pedágio ilegal.

O dinheiro, segundo ele, era dividido entre 13 aldeias, onde vivem cerca de 940 índios. “Nós precisamos de uma solução imediata. Pedimos uma compensação ao governo em 2007. E a agora o governo, que nunca fez nada, vem apresentar uma solução a longo prazo. Nossa proposta é conversar com o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo)”, afirmou.



Autoridades dos governos federal e estadual reunidas no quartel do Exército em Humaitá
(Foto: Chico Batata/Agcom)

Benefícios do programa Bolsa Família podem ser uma contraposta que será apresentada nesta segunda-feira (13) aos índios tenharim por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Saúde; Defesa, Meio Ambiente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama) em nova reunião na aldeia Marmelos.

Na cidade Humaitá aconteceu uma outra reunião neste domingo, na parte da manhã, entre autoridades estaduais, municipais e membros da comissão de paz, da qual foi integrante

CONT.

também o vice-governador do Amazonas, José Melo (Pros), pré-candidato ao governo estadual. Ele afirmou que o fim do pedágio ilegal é uma orientação direta da presidente Dilma Rousseff. O encontro foi na sede do 54ª. Batalhão de Infantaria de Selva do Exército.

“A nossa comissão é de paz. Nossa finalidade é encontrar caminhos para que a população indígena tenha recursos necessários para sua manutenção sem a necessidade de fazer a cobrança do pedágio. Agora, o governo federal vai encontrar uma forma de ajudar os índios a terem uma renda”, afirmou José Melo, em nota enviada pela assessoria de imprensa.

Neste domingo, a Funai começou a enviar mais de 300 cestas básicas as aldeias dos índios que vivem no entorno da BR 230, na Transamazônica. O governo do Amazonas anunciou que enviará 860 cestas básicas e 360 quilos de medicamentos para as aldeias. As famílias dos desaparecidos no dia 16 de dezembro: Aldeney Salvador, Luciano Ferreira Freire e Stef de Souza receberão amparo social e financeiro do governo do Amazonas.

O pedágio ilegal dos índios tenharim e jiahui foi suspenso no dia 30 de dezembro depois de um acordo entre caciques com o delegado Alexandre Alves, da Polícia Federal. A cobrança aos motoristas particulares permaneceria suspensa até o fim das buscas na reserva aos três desaparecidos.

Em reunião na aldeia Marmelos no dia 6 de janeiro com o general Eduardo Villas Bôas, os índios tenharim avisaram que iriam retornar com o pedágio em fevereiro porque foram ameaçados por fazendeiros novamente. Casas de uma aldeia e os postos de pedágio foram queimados por fazendeiros e madeireiros no dia 26 de dezembro, aumentando o clima de tensão na região.

Enquanto não são concluídas as buscas e as negociações sobre o pedágio, o governo federal decidiu manter a força-tarefa composta por cerca 700 homens no sul do Amazonas.

Ao longo da reserva indígena Tenharim fazem a segurança em pontos estratégicos 300 profissionais da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Polícia Rodoviária Federal. O Exército apoia as ações com 170 militares. A Polícia Militar do Amazonas mantém 227 policiais nas cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá.



Forças de segurança ocupam a cidade de Humaitá (Foto: Chico Batata/Agcom)



Força Nacional vai garantir segurança na retirada de não índios de reserva no Maranhão

SÍTIO NE10, 13.01.2014

Portaria do Ministério da Justiça publicada nesta segunda-feira (13) no Diário Oficial da União prevê a atuação da Força Nacional em ações de segurança pública a serem desencadeadas na região de Santa Inês, Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, para o cumprimento de decisão judicial que prevê a desintrusão de não índios da reserva indígena.

De acordo com o texto, os homens da Força Nacional devem permanecer no local por um período de 90 dias, a contar da data de publicação da portaria, para atuar em ações de polícia ostensiva e que mantenham a integridade física das pessoas e do patrimônio.

A atuação e o número de policiais a ser disponibilizado, segundo a portaria, vai obedecer ao planejamento conjunto entre os órgãos envolvidos. O texto prevê ainda que o prazo para a permanência da Força Nacional no Maranhão poderá ser prorrogado se houver necessidade.

A Terra Indígena Awá-Guajá compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru, onde foi montada uma base de operações do Exército para o cumprimento da ação de desintrusão. O governo cumpre decisão da Justiça Federal no Maranhão, emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.

Fonte: Agência Brasil



Reunião discute solução para impasse entre índios tenharins e moradores de Humaitá
SÍTIO JORNAL BRASIL, 13.01.2014

Humaitá (AM) – Em meio ao conflito entre os índios tenharins e moradores do município de Humaitá, no sul da Amazônia, desembarca hoje (13) na cidade uma equipe interministerial, com representantes das pastas do Meio Ambiente, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, para construir soluções para superar o impasse.

Segundo o comandante militar da Amazônia, general Villas Bôas, a intenção é desenvolver uma política que gere renda para os índios para que eles não voltem mais a cobrar pedágio na BR-230, a Rodovia Transamazônica, que corta a reserva.

Ontem (12), o grupo de trabalho formado por representantes dos governos federal, estadual e municipal, além dos comandantes das forças de segurança que atuam na região (a 590 quilômetros da capital, Manaus) informou que vai propor à Presidência da República a concessão do Bolsa Família para os índios tenharins em caráter emergencial.

Desde o último dia 25, os índios estão isolados nas aldeias depois que moradores da cidade atearam fogo na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) e em pontos de cobrança de pedágio. Os moradores acusam os indígenas de serem responsáveis pelo desaparecimento de três homens, em represália à morte do cacique Ivan Tenharim.

O funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, o professor Stef de Souza e o representante comercial Luciano Ferreira desapareceram quando viajavam pela Transamazônica, em um trecho que atravessa a reserva indígena, a cerca de 150 quilômetros de Humaitá.

Hoje, foi publicada no Diário Oficial da União portaria que prorroga por mais 90 dias a permanência da Força Nacional de Segurança na região. Além da Força Nacional e do Exército, também estão atuando no sul do Amazonas agentes da polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Ontem (12), o grupo de trabalho esteve na Reserva Tenharim Marmelo para apresentar aos índios o resultado das ações que estão sendo desenvolvidas e reforçar a proibição da retomada de cobrança de pedágio. Os índios proibiram a entrada da imprensa para acompanhar a reunião.

Fonte: Agência Brasil

Índios denunciam caos na saúde e ameaçam ocupar prédio público

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 13.01.2014



Índios cobram autonomia financeira de secretaria e afirmam que faltam medicamentos nas aldeias (Fotos: Marcos Ermínio)

Alegando caos na saúde nas aldeias, índios cobraram, nesta segunda-feira (13), autonomia administrativa e financeira da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e ameaçam voltar a ocupar o prédio público se o governo não atendê-los. Em outubro no ano passado, eles ficaram 21 dias no local e a invasão resultou no pedido de exoneração do então chefe da pasta, Nelson Olazar.

Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Fernando Souza alega que o setor está em "situação de abandono nas aldeias". "Em vez de ajudar, o governo está desorganizando, falta medicação, estrutura e nem transporte temos para casos de emergência", informou.

Segundo ele, em 2013, o Governo Federal repassou ao Estado R\$ 55 milhões para investir na saúde indígena. O conselho defende debate para redistribuir os recursos. "Por causa das nossas reclamações, até demitiram uma servidora da Sesai, que era nossa parceira", comentou Souza. "Isso é retaliação", acrescentou.

Com o intuito de chamar a atenção para o problema, hoje, cerca de 30 indígenas se reuniram no Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena). Da reunião, sairá uma carta que será encaminhada à Secretaria Nacional de Saúde Indígena, ao Ministério da Saúde e à presidente Dilma Rousseff (PT).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

"No dia 20 de dezembro, fizemos uma reunião, elaboramos uma carta à Secretaria Nacional de Saúde Indígena, mas, até agora, nada mudou. Dependendo da resposta desta nova carta, o movimento pode invadir o prédio da Sesai", avisou Fernando Souza.

De acordo com ele, o problema de saúde nas aldeias é realidade em todo o país. "Não é só aqui esta situação de abandono, pelos menos 16 outras manifestações já ocorreram Brasil afora, isso representa queixas em 50% do território nacional", concluiu.



Prédio público pode ser ocupado por índios



Índio quer terras, não apito!

SÍTIO RÁDIO PLANALTO, 13.01.2014

Os rumos que o Brasil segue indicam a probabilidade de guerra intestinal. O que é isso? Uma grande dor de barriga para o Exército Nacional medicar. Claro que com o aval da Presidência da República, Congresso Nacional, STF e sociedade organizada (ou nem tanto). Só falta a homologação no Congresso e os índios do Oiapoque ao Chuí se organizarem e declararem: Independência ou Morte.

Atualmente arcos e flechas estão sendo substituídos por pedágios, invasões a prédios públicos, agressões verbais, morais e físicas e, o que é pior, tudo sob o manto protetivo da Funai, respaldados numa Constituição (pior é ter que escrever com letra maiúscula) endossada pelo povo, em 1988.

Os produtores rurais, desesperançados de obter justiça, terminarão por reagir. Isso já acontece no norte do país. Aqui houve algumas ações, mas tudo está em compasso de espera. A Funai troca diretor, troca isso, troca aquilo, mas se mantém irredutível: quer tirar a terra de quem a cultiva e entregar aos índios. Eles têm direito? Sim. Mas não tanto quanto querem. E por que querem? Ora: qualquer um sabe. Poucos têm coragem de afirmar ou fazer.

Quando se trata da questão indígena, a lei só vale para alguns. Os direitos humanos são afirmados e contrariados ao mesmo tempo, como se o Brasil fosse obrigado a conviver com a arbitrariedade deste tal de órgão que protege apenas alguns, de membros do Ministério Público Federal e de ONGs.

Imagine você, caro leitor, o que aconteceria se agricultores decidissem cobrar pedágio em uma rodovia? As forças policiais e governamentais entrariam em ação e imediatamente a rodovia seria liberada. Os autores do crime, responsabilizados e punidos. Em Tenharim, no Amazonas, desde 2006, os indígenas cobram pedágio dos cidadãos que a utilizam. O valor pode chegar a R\$ 100,00. As pessoas são oneradas simplesmente porque alguns indígenas assim decidiram. Acostumaram-se com a impunidade e com o acobertamento dado pela Funai. Criaram uma enorme tensão social. O governo fez alguma coisa além de enviar a Polícia Federal e o Exército para "apaziguar os ânimos?". Não.

Até quando a Funai vai continuar atuando como um Estado dentro do Estado, fazendo arbitrariamente suas próprias leis como se não devesse prestar contas a ninguém? O Ministro da Justiça tem se comportado como se sua pasta fosse a da Injustiça. Que Brasil é este?

O trecho a seguir descrevo de um texto do paulista Demétrio Magnoli, doutor em geografia humana e especialista em política internacional, publicado na Folha de São Paulo, em 11.01.2014:

CONT.



"...Na Amazônia, redefinir-se como indígena tornou-se uma estratégia destinada a obter segurança fundiária, cotas preferenciais e privilégios extraordinários (como o de cobrar pedágios em rodovias federais). Os caboclos amazônicos, que são meio-índios, reagem declarando-se inimigos dos índios. Aí estão as raízes políticas da "guerra de Humaitá".

Quem é índio? Telma Tenharim, mulher do cacique cuja morte acendeu a faísca das violências em Humaitá, "uma mulher miúda com poucos traços indígenas", é filha do primeiro branco que teria entrado em contato com o grupo, nos anos 1940. Segundo a clássica definição de Darcy Ribeiro, índio é o indivíduo "reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional" e, ainda, "considerado indígena pela população brasileira com quem está em contato". A política indígena oficial, capturada por ONGs racialistas e entidades missionárias, é uma pedagogia de "reterritorialização" que se nutre das carências sociais e fabrica o conflito étnico.

"Em nenhum momento a gente falou que meu pai foi assassinado. A gente viu que ele caiu da moto." As palavras de Gilvan, filho do cacique morto, confirmam as conclusões da perícia policial, mas contrastam com o texto do coordenador regional da Funai, Ivã Bocchini, postado no blog do órgão, que sugeria a hipótese de assassinato. O cacique "era como um chefe de Estado", escreveu Bocchini, exigindo que "seja apontada a verdadeira causa da morte" e celebrando "a luta do povo Tenharim".

Um "chefe de Estado" com o arco retesado e a flecha apontada para o avião dos intrusos "brancos": nessa imagem falsa, construída pelas políticas estatais de raça, encontram-se as sementes do ódio entre caboclos-índios e índios-caboclos...".

O escritor disse tudo. Aliás, não disse. Faltou afirmar que esta terra que Pedro Álvares Cabral descobriu, muita gente está enterrando. Afinal, índio não quer mais apito. Índio quer terra.... para arrendar.

Indígenas cobram autonomia em órgão de MS e ameaçam com nova ocupação
SÍTIO MÍDIAMAX, 13.01.2014



Representantes dos conselhos de saúde de todo estado se reuniram para reivindicar autonomia da Sesai

Os representantes indígenas se reuniram, na tarde desta segunda-feira (13), no prédio do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, para elaborarem documento reivindicando a autonomia financeira e administrativa do órgão. De acordo com o presidente do Conselho de Distrital de Saúde Indígena, Fernando Souza, caso o pedido não seja atendido, poderá haver uma nova ocupação do prédio, como a realizada em setembro do ano passado.

“Estamos elaborando um novo pedido. Se não formos respondidos vamos discutir a possibilidade de um novo movimento de ocupação para chamar a atenção para a situação”, afirma Fernando.

Uma carta já foi enviada pelos indígenas em dezembro do ano passado ao secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza com as mesmas reivindicações, mas não foi respondida. Desta vez, a carta será destinada também ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a presidenta, Dilma Rousseff.

CONT.



De acordo com Fernando, em 2013 o orçamento destinado ao distrito de Saúde Indígena do estado foi de cerca de R\$ 55 milhões. Destes, R\$ 30 milhões eram destinados a área de atenção básica, com contratação de funcionários, e R\$ 25 milhões para compra de materiais de insumo.

Devido ao autoritarismo de Brasília em relação à destinação dos recursos, os índios ocuparam o prédio da DSEI-MS por 40 dias, em setembro do ano passado, pedindo a exoneração do então coordenador Nelson Carmelo Olazar. "Mesmo fazendo parte do conselho não tivemos acesso, nem participação na distribuição desses recursos", explica Souza.

Desde então, a gestão está sendo compartilhado com o coordenador interino Luiz Antonio de Oliveira Junior. "Não vamos aceitar decisões autoritárias vindo de Brasília. Queremos autonomia do distrito para que o coordenador reorganize sua equipe para planejar conosco ações que vem, de fato, fazer diferença", cobra.

Além disto, os índios afirmam que estão sofrendo retaliações da direção nacional do órgão, por meio de exonerações de funcionários, após as manifestações ocorridas no passado.

De acordo com os índios, a situação das aldeias em relação à saúde é de abandono. Eles afirmam sofrer com necessidades mínimas, como falta de abastecimento de medicação, falta de transporte e equipamentos. O órgão atua no estado com 15 polos baseS.

Insatisfação nacional

Conforme o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando Souza, atualmente, em mais de 50% dos estados brasileiros, os índios manifestaram insatisfação com a atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. "Foram mais de 16 manifestações públicas de descontentamento com a saúde dos indígenas", afirma.

Um dos últimos casos, que ganhou repercussão nacional, ocorreu na capital Boa Vista (Roraima), onde os índios ocuparam Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) pedindo a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y), Claudete Schuertz, anunciada no início de janeiro pelo ministro da Saúde.

Exploração de riquezas em terras indígenas é tema de audiência na CMA
SÍTIO ENVOLVERDE, 13.01.2014



Fernando Tenharim teve a casa queimada por fazendeiros contrários ao pedágio (Foto: Gabriel Ivan/Mídia Ninja)

Os índios tenharim e jiahui decidiram em assembleia nessa sexta-feira (10) na aldeia Marmelos que só aceitarão discutir sobre a cobrança de pedágio na rodovia BR-230 (Transamazônica) com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pasta da qual a Funai (Fundação Nacional do Índio) é subordinada.

Eles dizem que a Funai recebeu há mais de quatro anos um relatório com pedidos de compensação pela construção da estrada e até hoje não tomou uma decisão para resolver o problema. A cobrança do pedágio na Transamazônica é um dos principais alvos dos protestos de não indígenas iniciados no final de dezembro, no sul do Amazonas, especialmente pelas populações dos municípios Humaitá, Manicoré e Apuí.

Os índios também confirmaram que estão se preparando para retomar a cobrança de taxas aos motoristas no próximo dia 1º de fevereiro. Nesta sexta-feira eles iniciaram a reconstrução das cinco bases do pedágio (incluindo as cancelas) ao longo do trecho de 120 quilômetros da rodovia que fica dentro da terra indígena Tenharim Marmelos, em Manicoré, no sul do Amazonas.

A presidente Dilma Rousseff determinou o envio de uma comissão à região para pacificar o conflito, que ocorre desde o dia 25 de dezembro na região. O ministro Celso Amorim (Defesa) foi convocado para coordenar a discussão em Brasília.

CONT.



Uma comissão de paz formada por representantes do ministérios da Defesa, da Justiça, da Secretaria-Geral da Presidência da República, além do vice-governador do Amazonas, José Melo e do general Eduardo Villas Bôas, esteve no município de Humaitá para reuniões entre índios e não-índios.

Segundo o líder indígena Aurélio Tenharim, o debate com a pasta da Defesa não foi aceito pelos índios tenharim e jahui. O envio de uma comissão pela presidente também não agradou os indígenas.

“A gente quer que venha o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo), o ministro dos transportes (César Borges) e a presidente da Funai (Maria Augusta Assirat). Não adianta o governo mandar pessoas apenas para passar mensagem. Eles vão perder tempo porque não decidem nada. O pedágio envolve todos esses órgãos, por isso queremos que os ministros venham aqui na aldeia Marmelos”, disse Aurélio.

Cobrança

Segundo Aurélio Tenharim, os indígenas sabem que o clima de ameaças contra eles continua, mas todos estão dispostos a enfrentar a hostilidade e recomeçar a cobrança do pedágio. “Sabemos que a situação continua tensa, mas os índios decidiram e na sexta-feira (10) confirmaram em assembleia que a cobrança vai recomeçar. Se decidirem prender a gente, todos os índios vão ser presos”, disse.

A cobrança do pedágio pelos tenharim e jahui é feita desde 2006, quando estes entenderam que tinham direito à compensação pelas obras de construção da rodovia Transamazônica. A estrada foi construída dentro da reserva sem licenciamento ambiental. Os indígenas nunca foram consultados ou receberam ressarcimentos pelos danos.

“Por que o pedágio é necessário? Porque muitas vidas se perderam na abertura da Transamazônica. Essas vidas nunca serão pagas, mas queremos compensações por elas. Queremos compensar a morte de nossos pajés, que hoje não temos mais, a morte de crianças, de velhos, das parteiras. Nossos recursos naturais diminuíram. Tudo ficou mais difícil após a rodovia e nunca o governo nos deu alternativa de sobrevivência”, disse Aurélio Tenharim.

Em 2007, com apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) os índios tenharim contrataram uma antropóloga para fazer um relatório técnico com o objetivo de dar uma solução ao conflito surgido a partir da instalação de barreiras na BR-230.

O estudo, do qual o portal Amazônia Real teve acesso, faz um levantamento sobre a história dos tenharim e sua relação com a sociedade não-indígena. O documento foi apresentado à Funai há quatro anos, mas os tenharim nunca obtiveram resposta do órgão, segundo Aurélio Tenharim. (Leia entrevista com o antropólogo Edmundo Peggion).

Em 2013, o estudo foi entregue, junto com outras demandas, ao Ministério Público Federal do Amazonas. Nesta nova demanda, os indígenas pediram ao MPF que os incluíssem na lista da

CONT.



Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar violações de direitos humanos durante a ditadura militar nos anos 70. Um inquérito foi instaurado pelo MPF.

Divisão

A população de índios tenharim é de 800 pessoas e de jiahui, de 136 pessoas. Todas as famílias são beneficiadas com a arrecadação do pedágio. Na Terra Indígena Tenharim Marmelos são 10 aldeias e na Tenharim do Igarapé-Preto, três. A terra dos jiahui é menor, composta por duas aldeias, que estão sobrepostas a uma unidade de conservação, a Floresta Nacional de Humaitá.

A renda da cobrança do pedágio é dividida em 27 grupos formada por 10 ou 15 famílias que se revezam na barreira. A média da renda arrecadada é de R\$ 20 mil para cada um dos 27 grupos. Com os recursos, os indígenas bancam desde pertences pessoais a tratamento de saúde e acesso à educação.

“O pedágio foi a maneira que encontramos para termos projeto de sustentabilidade pois isto nunca nos foi oferecido. Sabemos que os waimiri-atroari, que também tiveram suas terras atravessadas por uma rodovia, conseguiram compensação anos depois. Mas não queremos ter compensação como fazem com eles, que só recebem por meio de projetos. Queremos que a compensação venha direto para nossas famílias, sem a intermediação de outras pessoas, como acontece com os waimiri-atroari”, disse Aurélio.

* Publicado originalmente no site Amazônia Real.
(Amazônia Real)



Disputas de terras acirram focos de tensão com índios

SÍTIO CONJUNTURA ON-LINE, 13.01.2014

As disputas de terras entre índios e fazendeiros deverão ser motivo de dor de cabeça para a presidente Dilma Rousseff neste ano eleitoral.

A tensão em vários Estados do país vem se agravando, e os envolvidos apontam lentidão do Planalto na resolução de conflitos que podem estourar a qualquer momento. Entidades indigenistas culpam a permanência de fazendeiros em terras indígenas já homologadas e a paralisação no governo dos processos para demarcação de novas áreas.

"Sem política efetiva rumo a uma solução, o conflito tende a se agravar. Não dá mais para não ter estratégia clara", diz o ex-presidente da Márcio Santilli, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA).

Os ruralistas apontam irregularidades nos processos de demarcação como responsáveis pelos conflitos, dizem que o modelo atual só beneficia os índios e acusam o governo de tolerar invasões. "Do jeito que está não tem como continuar. Esse tipo de posição cria insegurança jurídica", diz Carlo Coldibelli, assessor jurídico da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

A questão indígena voltou a chamar atenção em dezembro, quando a população de Humaitá (AM) atacou instalações da Funai e passou a hostilizar os índios tenharim, que acusaram pelo desaparecimento de três moradores.

A Folha identificou focos de conflito iminente em pelo menos sete Estados, todos ligados a disputas entre os índios e proprietários rurais. Na Bahia, o problema é que a demarcação das terras indígenas não foi concluída. Em Minas Gerais, os índios querem ampliar suas reservas. Em Mato Grosso do Sul, no Maranhão e no Rio Grande do Sul, as terras já foram demarcadas, mas continuam ocupadas por fazendeiros.

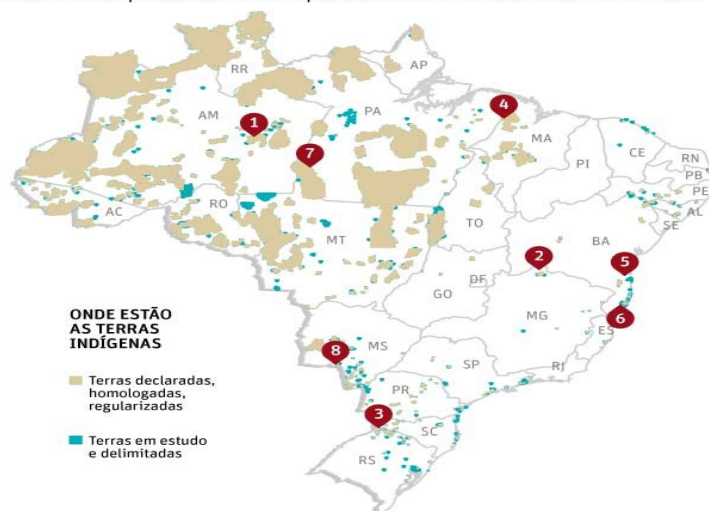
A situação é mais delicada em Mato Grosso do Sul, Estado que tem a segunda maior população indígena do país depois do Amazonas. Terras com títulos de propriedade concedidos no século 19 são reivindicadas pelos índios. A federação dos produtores rurais do Estado estima que cerca de 80 fazendas estejam invadidas por índios.

Os conflitos se acentuaram em maio do ano passado, quando um índio terena morreu durante uma ação de reintegração de posse em uma fazenda na Terra Indígena Buritis, em Sidrolândia (MS).

CONT.

CAMPO MINADO

Áreas onde disputas entre índios e produtores rurais deverão se acirrar em 2014



ONDE ESTÃO AS TERRAS INDÍGENAS

- Terras declaradas, homologadas, regularizadas
- Terras em estudo e delimitadas

1 Terra Indígena Cunhã Sapucaia e outras

ETNIA mura
LOCALIZAÇÃO Autazes e Borbá (AM)
ÁREA 471,4 mil hectares
POPULAÇÃO 12,5 mil
SITUAÇÃO Tem aldeias em diferentes fases de demarcação. Parte das terras reivindicadas está em área urbana ou já ocupada

2 Terras Indígenas Xacriabá e Xacri- abá Rancharia

ETNIA xacriabá
LOCALIZAÇÃO Itacaram-
bi e São João das
Missões (MG)
ÁREA 53,2 mil hectares
POPULAÇÃO 7.760
SITUAÇÃO Etnia quer
ampliar área para 75
mil hectares. Em
2013, índios ocupa-
ram uma fazenda

3 Terras Indígenas Passo Grande do Rio Forquilha e Rio dos Índios

ETNIA caingangue
LOCALIZAÇÃO Cacique
Doble, Sananduva e
Vicente Dutra (RS)
ÁREA 2.631 hectares
POPULAÇÃO 37,5 mil
SITUAÇÃO Fazendeiros
permanecem em duas
terras que já foram
homologadas no RS

4 Terra Indígena Awá

ETNIA awá-guajá
LOCALIZAÇÃO Centro
Novo do Maranhão,
Governador Newton
Bello, São João do
Caru e Zé Doca (MA)
ÁREA 115,9 mil
hectares
POPULAÇÃO 365
SITUAÇÃO Neste mês o
governo federal
começou a desocupa-
ção de não índios



Cacique pataxó conversa com delegado na Bahia



Mundurucu mostra foto de índio morto no Pará



Barco indígena explodido pela PF na divisa entre Mato Grosso e Pará

5 Terra Indígena Tupinambá de Oliveira

ETNIA tupinambá
LOCALIZAÇÃO Ilhéus,
Una e Buerarema (BA)
ÁREA 47,3 mil hectares
POPULAÇÃO 5.715
SITUAÇÃO Índios
cobram conclusão da
demarcação da área,
onde há cerca de 600
fazendas, e desocupa-
ção dos produtores

6 Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal e outras

ETNIA pataxó
LOCALIZAÇÃO Porto
Seguro, Itamaraju e
Prado (BA)
ÁREA 44 mil hectares
POPULAÇÃO 13,6 mil
SITUAÇÃO Em conflito
com fazendeiros,
índios aguardam
publicação de duas
terras demarcadas

7 Terra Indígena Mundurucu

ETNIA mundurucu
LOCALIZAÇÃO Santarém,
Itaituba, Jacareacanga
(PA)
ÁREA 2,4 milhões de
hectares
POPULAÇÃO 13,1 mil
SITUAÇÃO Índios serão
afetados pelo conjunto
de hidrelétricas na bacia
do rio Tapajós, hoje em
fase de estudo

8 Terra Indígena Nhandêru Marangatu

ETNIA guarani-caiova
LOCALIZAÇÃO Antônio
João (MS)
ÁREA 9.317 hectares
POPULAÇÃO 200 famílias
SITUAÇÃO Índios dispu-
tam áreas com fazen-
deiros, que dizem ter
posse legal das terras,
homologadas em 2005.
Desocupação dos não
índios está paralisada

No Maranhão, o clima é de tensão entre os awá-guajás e produtores rurais na região de São João do Caru. Na semana passada, o governo federal iniciou operação para retirar não índios da área, reconhecida oficialmente como terra indígena desde 2005. Moradores terão 40 dias para deixar o local, mas muitos já dizem que não sairão.

Na região Norte, conflitos estão relacionados sobretudo a obras de infraestrutura. O governo quer licitar hidrelétricas nos rios Teles Pires e Tapajós, no Pará, mas há resistência dos índios mundurucus, que vivem na região.

Diante do acirramento dos conflitos entre índios e fazendeiros em 2013, o governo Dilma suspendeu demarcações de terras indígenas em curso e prometeu novas regras para aumentar a transparência nesses processos e evitar a judicialização das disputas.

Fontes: Funai, Ministério da Agricultura, IBGE e Cimi



Boletim de Notícias - Edição nº 5/ 2014

Brasília, 13 de janeiro de 2014.

Fireso vai potencializar trabalho com grupos indígenas

SÍTIO SISTEMA FIEC, 13.01.2014



O Instituto FIEC de Responsabilidade Social (FIRESO) executará nos próximos doze meses o projeto Potencialização e Desenvolvimento dos Grupos Produtivos das Comunidades Indígenas do Ceará, por meio de patrocínio do Conselho Nacional do Sesi. A ideia é fortalecer os grupos produtivos de artesanato indígena e a qualificação dos artesãos mediante oficinas de aprimoramento técnico e de negócios, possibilitando uma melhoria na qualidade do produto, na organicidade e na autonomia dos grupos produtivos, vislumbrando um aumento da renda, além de manter acesa as tradições culturais das etnias indígenas.

Serão realizadas 19 oficinas e a previsão é capacitar 380 indígenas em diversos cursos, tais como Pintura Criativa (Toá), Tratamento de Sementes, Gestão de Negócios e Artesanato de Palha, contemplando as etnias Tremembé, Tapeba, Tapera, Pitaguary, Kanindé, Tabajara e Jenipapo Kanindé, nos municípios de Itapipoca, Itarema, Aratuba, Pacatuba, Caucaia, Aquiraz, Acaraú e Poranga.

A pertinência de realizar um trabalho com o foco na qualificação e no resgate das tradições culturais é motivada pelo benefício de contribuir em conjunto com as organizações indígenas na preservação da identidade, da memória e do patrimônio artístico dos povos indígenas do Ceará.

O material que resulta dos cursos é vendido na Loja Indígena Toré, Torém, localizada na Ceart.

Mais informações,
Fireso: (85) 3421.5845

Indígenas atropelados em Miraguaí foram transferidos para outros hospitais

SÍTIO RÁDIO COLONIAL, 13.01.2014

É grave o estado de saúde de dois dos quatro indígenas atropelados no último sábado, 11 de janeiro, na ERS-330, em Miraguaí.

De acordo com informações do Hospital Santo Antônio (HSA), Ezequias dos Santos, 28 anos, foi transferido para o Hospital São Vicente de Paulo de Passo Fundo. Ele sofreu traumatismo crânio encefálico e perdeu muito sangue com a ruptura de vasos sanguíneos.

A outra vítima, Jociel Ribeiro Kanhero, 23 anos, foi transferido para o hospital Santa Terezinha de Erechim. Kanhero também perdeu muito sangue com a ruptura de vasos sanguíneos do braço direito, segundo o HSA.

As outras duas vítimas do atropelamento sofreram escoriações pelo corpo. Elas foram medicadas e liberadas ainda no sábado.

O acidente

Quatro indígenas foram atropelados na noite de sábado, 11 de janeiro, na ERS-330 em Miraguaí. As vítimas são: Augusto Kanhero, Jociel Ribeiro Kanhero, Jorge Sales e Ezequias dos Santos.

De acordo com o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), uma Fiat Strada, placas de Miraguaí atropelou os índios no quilômetro 37 da rodovia, nas proximidades do frigorífico. O veículo estava na direção Redentora para Miraguaí e o atropelamento aconteceu numa reta.



Veículo que atropelou indígenas
(Foto: Especial Portela Online)

Conforme o CRBM, o motorista não ficou no local do acidente pois foi ameaçado de linchamento. Ele comunicou a Brigada Militar do município sobre o acidente e se apresentou mais tarde na Delegacia de Polícia de Tenente Portela onde foi realizado o registro da ocorrência.

As vítimas foram socorridas para o Hospital Santo Antônio duas foram medicadas e liberadas e as outras duas transferidas devido a gravidade dos ferimentos.

Fonte: Portela Online, Paulo Marques